

A REVOLUÇÃO DE 1930: Historiografia e Pesquisa.

Déa Ribeiro Fenelon

I — PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Falar de historiografia e pesquisa exige de nós algumas observações e um posicionamento sobre nossa atividade e nosso cotidiano, formadores que somos de profissionais que se seguirão a nós nesta tarefa. Ao ser convidada para analisar a produção historiográfica e discutir direções de pesquisa não poderia deixar de aproveitar mais esta oportunidade para avaliar e questionar nosso trabalho. É importante dizer que minha perspectiva de novas direções de pesquisa não se resume na crítica bibliográfica e na descoberta de temas ainda não explorados ou mesmo no acentuar de novas abordagens. Significa mais, repensarmos nossa trajetória como formadores de profissionais de História, como desejamos sua prática, etc. É isto que me proponho fazer aqui inicialmente. Que me perdoem aqueles que já me ouviram falar disto ao longo destes vinte anos de magistério, pois no decorrer deles aprendi também, que não é da primeira vez que se aprende o que se ouve principalmente se não é aquilo que gostaríamos de ouvir.

Começando por pensar que a História, no quadro atual da organização da cultura dominante, exprime uma hierarquia e uma classificação das ciências, que corresponde a uma concepção de saber/conhecimento, legitimadora da divisão do social em compartimentos estanques, podemos repetir a afirmação de que esta maneira de pensar, realizou, no nível da abstração e da ciência, a separação daquilo que para nós é indivisível e complexo, ou seja, a totalidade do social, dificultando ainda mais sua forma de apreensão.

Esta concepção de ciência, podemos afirmar, ainda é vigente e domina grande parte de nosso mundo acadêmico, ainda que revestida de novas formas e negando suas origens positivistas. Entretanto, esta é a concepção de uma determinada realidade social, sobretudo da segunda metade do século XIX, com todas as modificações e transformações da sociedade industrial européia. A partir desta realidade tal concepção deu reconhecimento científico a uma separação entre trabalho intelectual e manual surgida da própria evolução do capitalismo. Com esta perspectiva e seus desenvolvimentos futuros, no campo da teoria e do método, sempre pensando em termos de desenvolvimento da ciência pela ciência, podemos reconhecer as características de uma produção de conhecimento inteiramente divorciado da realidade social.

A produção da existência concreta, da base real e da material sobre a qual

se constrói o todo social, este não aparece, o conhecimento nunca é visto como uma atividade social e em verdade, a ciência assim produzida torna-se autônoma, mesmo porque acaba sendo fruto de um esforço de reafirmação da neutralidade e da isenção de concepções, que somente atrapalhariam a apreensão do real. Ainda que contestada, revista, reformulada, esta concepção ainda busca sua hegemonia na maneira de fazer e produzir a ciência e muitas vezes tem conseguido se manter, principalmente na Universidade e em especial em nossa disciplina a História. E além disto ela não se submete à crítica, porque analisar as determinações sociais desta produção seria, para seus defensores, reconhecer e introduzir elementos estranhos e acessórios à própria ciência.

Por isto o resultado desta produção conduz a uma visão empiricista e fragmentada do social e ainda que buscando sua organização conceitual, seguindo regras metodológicas e técnicas mais sofisticadas, acaba propondo, em verdade, subdivisões de política, sociedade, economia, cultura, etc. Para isto basta investigar, juntar os fatos acontecidos e estes são irrefutáveis porque comprovados pelos documentos, organizá-los em torno de conceitos ou da cronologia e está pronta a ciência, no nosso caso, a História. Muitas vezes nem mesmo se questiona o caráter das próprias fontes utilizadas tão preocupados ficamos em comprovar sua fidedignidade. Não se apercebem de que a própria organização dos documentos e das fontes preservadas, guarda em si a marca de uma visão já definida do processo, quase sempre a do dominador, Fragmentando o todo social e propondo uma ciência que ao final deve ser objetiva e neutra, desprovida de pressupostos, concepções e teorias, busca-se a verdade absoluta que será conseguida pela soma das produções cumulativas de gerações fiéis a tal tradição.

Na atividade prática do historiador, entretanto, «tudo começa com o gesto de selecionar, reunir e transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma. Na verdade nossa tarefa é a de produzir tais documentos, e pelo fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto». O historiador, portanto, não recolhe apenas os dados, ele os constitui e é ele quem dá vida ao fato histórico definindo sua importância e organizando-o de acordo com seu sistema de referências. Nesse sentido Adam Schaff já salientou com bastante precisão a inevitável precedência da teoria ao fato histórico.

Quando aceitamos então, esta dissociação analisada acima, entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e nossa profissão — o ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no «lugar social» de onde falam os cientistas:

«Dessa relação entre uma instituição social e a definição de um saber surge a personalidade notável, desde Bacon ou Sócrates, juntamente com o que se denominou a 'despolitização' dos sábios: é necessário entender-se por isso não um exílio fora da sociedade, mas a fundação de um 'corpo' no interior de uma sociedade onde as instituições políticas eruditas e eclesásticas se especializam reciprocamente: não uma ausência, mas um lugar particular numa redistribuição do espaço social. Sob a forma de um recuo com relação aos negócios públicos e aos negócios religiosos (que também se organizam em corpos particulares), constitui-se um lugar 'científico'. A ruptura que torna possível a unidade do social chamada a se tornar a 'ciência' indica uma reclassificação global que está acontecendo. Dessa forma, esse corpo traça pela sua face externa um lugar articulado sobre outros no interior de um novo conjunto, e

pela sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social». (1)

E assim a Ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe dita o permitido e o interdito. Concretizada assim a distorção entre o fazer e o escrever a História, o conhecimento visto como algo passivo, despolitizado e sempre intelectualizado, a História que se produz dentro destes limites institucionais, com esta perspectiva, não consegue mais do que formar profissionais que serão os reprodutores destas concepções, perspectivas, informações, saber, etc. Na verdade dentro da lógica do sistema e da política educacional é isto que se espera da Universidade, haja vista o que se pretende concretizar com a proposta de redução dos Cursos de História e Geografia para um curso unitário de Estudos Sociais, com habilitações em História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, tudo em mesmo nível de importância. O que querem de nós é que formemos o professor de História como «vulgarizador» de conhecimentos, que portanto não precisa se aprofundar ou aprender a refletir historicamente.

Dissociado da prática o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa destinada a desenvolver nos alunos o mito da «memória nacional», com seus ritos e maniqueísmos de vilões e heróis.

Entretanto,

«antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela aí funciona. Essa instituição (a universidade) inscreve-se num complexo que lhe permita somente um tipo de produção e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar torna possível determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis, exclui do discurso o que é condição num dado momento, desempenha o papel de censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente essa combinação entre a permissão e a interdição é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com não importa o quê. É igualmente sobre essa combinação que age o trabalho destinado a modificá-la.» (2)

Resta saber, portanto, que tipo de profissional estamos formando ou de que tipo queremos formar? Como encaramos esta formação, que objetivos definimos para alcançar este propósito? Raramente esta discussão começa pelo essencial, perdendo-se com isto as oportunidades de diálogo aberto para cair no formalismo das situações burocráticas, onde as decisões já vem prontas.

Em primeiro lugar nossos Cursos de História são em sua maioria bastante atomizados, reunindo quando muito áreas de estudo onde se congregam disciplinas afins, ainda submetidas à direção de um professor titular ou responsável, que na prática assume as antigas funções do professor catedrático. Quando não é esta a organização, ou se busca a articulação das disciplinas de um mesmo semestre letivo, ou as chamadas reuniões gerais para integração dos conteúdos das várias disciplinas e distribuição da carga horária e atribuição dos professores. Estas reuniões acabam por se tornar mais um ato de formalismo acadêmico, onde tudo se discute, mas também tudo se aceita

em nome do respeito à autonomia do professor. Há também em alguns departamentos uma tendência ao exagero formal da organização didática, que pressupõe a definição de objetivos muito bem articulados, conteúdos programáticos apropriados, critérios de avaliação, etc. Só que a didática é tomada aí, muitas vezes, como camisa de força, ou então como simples formalidade acadêmica burocrática, que exige o preenchimento de formulários onde constam tais exigências. Daí a própria didática se torna estática, não indaga sobre a realidade dos alunos com os quais vai lidar, porque muitas vezes os planos são feitos até sem a presença dos alunos.

A maioria de nossos cursos de História é livresca, no sentido que a História que transmitimos é a informação que está nos manuais, consagrados o mito da palavra escrita e a confusão entre a historiografia e o processo histórico acontecido, visto de diferentes maneiras, a partir de concepções diferenciadas. As discussões sobre estes aspectos são reservadas aos cursos de Introdução, Metodologia e Teoria ou Historiografia, quando existem no currículo e os professores das outras disciplinas estão eximidos da discussão metodológica, pois isto é assunto de disciplina específica e seria até considerado invasão da área. Estes são, assim, os professores da «História propriamente dita», ou seja lidam com os conceitos, o processo histórico, só que cada um à sua maneira, sem realizar o diálogo e o esclarecimento sobre o sentido e o significado de sua posição, do direcionamento de seu curso para tal abordagem e não outra. Isto é deixado para os alunos «perceberem», como se estivessemos lidando com um tipo ideal de aluno que se convencionou que deva ser o universitário, mas que em verdade não existe objetivamente.

E ainda mais, nossos cursos quase nada recorrem à prática da investigação, onde se poderia aprender sobretudo a problematizar e a questionar não apenas a historiografia no sentido de produção intelectual, mas também a própria realidade concreta que nos rodeia, numa prática mais sadia de ensinar a praticar a própria ciência, destreinar no exercício de sua própria disciplina, olhando em volta, tentando mostrar uma História viva, que permita aos alunos a sua própria identificação social. Ao invés disto, simplesmente formamos reprodutores de uma ciência já pronta e acabada sem nenhum referencial teórico ou metodológico, se não aquele das teorias já cristalizadas, estáticas, perdendo o sentido do próprio dinamismo da História e impedindo mesmo qualquer perspectiva de compreensão da possibilidade da mudança e da situação do historiador também como agente do processo, capaz de agir sobre ele e transformá-lo.

A proclamada separação entre ensino e pesquisa, que teoricamente reconhecemos como pernicioso, em nossa prática acaba por se concretizar como linha de trabalho, mesmo porque não se tem muita clareza do que seja o treinamento para a investigação. Grande parte de nossos alunos são formados em História mas não são capazes de elaborar uma problemática de pesquisa, tiveram contactos mínimos com qualquer tipo de documentação e não aprenderam a trabalhar com ela, raramente freqüentaram qualquer tipo de Arquivo ou foram em busca de outras fontes de investigação aprendendo a questioná-las na forma como aparecem, no conteúdo do que dizem, na situação de testemunho de que são origem. Isto não se faz, em verdade, porque a maioria dos professores muitas vezes também jamais realizou este tipo de trabalho e tem sobre sua tarefa uma concepção que não difere da do repassador de informações.

Na tentativa, portanto, de apontar novas direções para quantos desejam

enfrentar positivamente a tarefa de pesquisa e ensino de forma articulada, desenvolvendo pois, nova postura diante da História, qual seja a de se preocupar com o domínio dos elementos teóricos e metodológicos, que nos permitam analisar a realidade concreta e não ficarmos apenas a realizar reflexões cada vez mais abstratas em cima da historiografia ou das novas teses, algumas questões se colocam relacionadas à tarefa específica do historiador.

A primeira questão diz respeito à tentativa de trazer para o debate, a discussão e a reflexão dos historiadores que se dedicam a projetos de arrolamento e levantamento de fontes primárias. O que temos visto é que os resultados desses trabalhos, que já ocupam milhares de páginas dos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de Professores Universitários de História e de outras revistas especializadas, têm se mostrado inócuos em alguns de seus aspectos essenciais. Trata-se na maioria das vezes de longas listagens de livros e maços de documentos existentes em inúmeros cartórios e arquivos brasileiros. Entretanto, a arrumação e apresentação deste material aparece fria e desinteressante, com pretensões de isenção e neutralidade que relembram a cientificidade dos positivistas e a aceitação do caráter de coisa morta que se quer atribuir ao trabalho do historiador como recolhedor e arrolador de fatos.

Por outro lado, alguns historiadores, que se preocupam com a teoria e o método de sua ciência vêm primando por uma extrema utilização das abstrações como forma de pensar historicamente, desprezando o empírico e o concreto como tarefa menor e fundamentando suas reflexões e análises em informações de segunda mão sem questionar suas origens. O excesso talvez em evitar o factual ou mesmo o reconhecimento de que a erudição vazia de um arrolar de fatos ordenados cronologicamente, não levará nunca à possibilidade de uma interpretação que consiga recuperar as articulações e as mediações do processo histórico, estão nos conduzindo a um impasse muitas vezes de difícil superação — parece que criamos uma barreira que dificulta a aproximação do material empírico, ou a prática de investigação meticulosa.

Se algumas definições ou concepções de sociólogos, cientistas políticos ou economistas conceituam o trabalho do historiador como sendo simplesmente a recuperação do empírico e com isto pretendem reduzir nosso ofício a mero coletor de dados, que as outras ciências sociais irão interpretar, isto não nos deve conduzir ao extremo oposto de rejeitar a tarefa como menor, inferior ou de somenos importância. O que é preciso distinguir, mas também concretizar é que não se trata de simplesmente reconstituir o empírico. O trabalho do historiador em sua fase de investigação, como diria Pierre Vilar (3), comporta sim um trabalho que não deve ser superficial ou de segunda mão, mas de uma verdadeira penetração direta na matéria histórica.

Para compreendermos e fazer compreender o que é ser historiador é preciso recuperar o próprio sentido de uma concepção global das ciências da sociedade. O enfoque diverso ou a abordagem de ângulo diferenciado não exime nenhum pesquisador ou cientista social do abandono do processo concreto e acontecido para fundamentar suas análises. Ou corremos o risco de fundamentar e elaborar nossa produção sobre reflexões abstratas que não contribuirão para o esclarecimento do concreto e do processo histórico acontecido.

Ou, pior ainda, realizamos o que começa a aparecer como nova forma de escrever história, e também outras ciências sociais: a superposição de um quadro teórico, muito bem elaborado e sofisticado, a um quadro factual e descritivo, que não corresponde à desejável apreensão do concreto pela via do pensa-

mento. O método que possuímos para o processo de investigação não pode e nem deve ser confundido com um modelo ao qual se vai ajustar a realidade. Este é apenas o caminho para a penetração do material histórico e como tal se apresenta como abstrações para análise. Somente no caminho de volta, ou seja, na interpretação e elaboração da exposição é que iremos concretizar estas abstrações, tornando-as históricas, porque acontecidas. Para superar o impasse e enfrentar diretamente o problema metodológico é preciso não confundir o processo de apreensão do método e com ele da realidade histórica, com a elaboração de modelos acabados, ou acabaremos formulando receitas mágicas de investigação com respostas prontas e acabadas.

Devemos reconhecer, sobretudo, que de uma problemática de pesquisa bem delineada em um projeto bem acabado, não brota, necessariamente, uma clareza sobre o caminho da investigação que tornasse todos os problemas resolvidos. O recurso às fontes, o contato com o concreto exige um ir e vir constantes na reformulação dos passos da investigação e no direcionamento do caminho a ser feito. Creio poder identificar aí um grande problema: na verdade, o concreto assusta o pesquisador, que se sente desorientado com o que encontra e ao invés de refletir sobre ele, quer voltar ao projeto elaborado para estudar mais teoria, sem entender que não se pode separar uma coisa da outra, mas de-se isto sim, realizá-la de forma dialética.

Queremos deixar claro que ao levantar tal problemática em relação à pesquisa não estamos clamando por técnicas mais sofisticadas para garantir o «cientificidade» do trabalho. O que estamos chamando a atenção, a partir da experiência de orientação de pesquisa, é que os problemas que nossos alunos têm enfrentado no contato com o empírico são decorrentes de vários fatores. É verdade que se os arquivos fossem mais bem organizados isto facilitaria um pouco a tarefa. Entretanto, não podemos nos escudar nesta explicação simplista, principalmente se considerarmos o pequeno número daqueles que realmente enfrentam uma experiência de pesquisa. E aqui voltamos ao primeiro ponto: a referência das fontes, tarefa que é também do historiador.

É sabida a deficiência existente no Brasil quanto aos instrumentos de pesquisa, a maioria dos pesquisadores começa do nada e muitas vezes, ao terminar seu trabalho pouco transmite de seu contato com as fontes e com o material. Não há preocupação de acumular experiências também neste nível de referência, dificuldades, potencialidades, etc. Não se trata apenas de lamentar a pouca atenção dada à preservação do material histórico. Estamos falando também do pouco que se sabe sobre o que existe de material histórico já preservado e sua localização, seu potencial de investigação.

Para concluir sobre esta parte devemos refletir um pouco além destas constatações. Esta nova maneira de produzir a História, esta dificuldade de articular teoria e prática não serão resultado de uma existência inteiramente dissociada da teoria e do método que alardeamos e ensinamos! Teoricamente concebemos a História, enquanto conhecimento, como um processo de interação entre teoria e prática, ou seja, o indivíduo que busca conhecer o processo histórico está ao mesmo tempo fazendo a História do presente, e, quando o faz, o faz a partir de um condicionamento que é dado socialmente, isto é, formação, posições, conceitos, pressupostos são fruto de uma concepção sobre a realidade. Na prática, entretanto, creio que transmitimos, certamente porque este é o nosso cotidiano e a nossa existência, uma concepção de História que busca verdades absolutas, que precisa discutir e assimilar todo o conhecimento livresco

já produzido, que precisa estar em dia com todos os modismos de além-mar, que precisa se encadear logicamente para ser «científica» e com isto acabamos nos distanciando cada vez mais da nossa realidade e do concreto que buscamos conhecer, entrando em contradição flagrante com a teoria e o método que, abstratamente ou apenas do ponto de vista intelectual, dizemos adotar em nosso trabalho de profissionais da História.

Na verdade, porque esta é a nossa prática, não conseguimos avançar no conhecimento do concreto. Vivemos no mundo dos livros e da bibliografia ou então dos papéis velhos dos arquivos, nos esquecendo que a História se faz a todo o tempo e apesar de nós. Pouco se consegue com esta postura porque nos mostramos incapazes de abandonar uma perspectiva de classe. Fazemos a crítica, mas não caminhamos muito no processo de conhecimento, porque dissociamos nossa existência do mundo que nos rodeia, não queremos lidar com a realidade, participar dela, se identificar com ela e vivê-la, ao contrário nos encastelamos no lugar social da ciência pela ciência e de lá queremos falar como doutores em nossa disciplina.

Examinemos a produção dos Departamentos de História das várias Universidades brasileiras e esta realidade se imporá. Onde está a pesquisa concreta que poderá sustentar uma verdadeira revisão crítica da historiografia produzida fora da Universidade? Ela é pequena ainda e o nosso receio é que ao organizarmos e depositarmos todas as nossas esperanças na Pós-Graduação estejamos nos enveredando pelo mesmo caminho teórico e vazio.

Por isto mesmo estamos insistindo na necessidade de não apenas valorizar, mas realmente começarmos a realizar a pesquisa, desde o curso de graduação. Não a simples coleta de dados ou seu arranjo cronológico, mas o contato direto com as fontes, a problematização do concreto, o necessário posicionamento no presente, a busca da compreensão crítica de nosso passado sem diletantismo ou simples erudição. E esta tarefa não deve ser restrita ao pesquisador. Queremos um profissional de História que seja capaz de transmitir uma História viva e não morta, queremos um profissional capaz de ensinar uma História na qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar porque para nós a História é uma vivência que deve ser compreendida porque é a partir dela que construiremos o hoje e o futuro.

II — HISTORIOGRAFIA

Falar da historiografia deve significar, primeiro relacioná-la com o dito anteriormente. Em nossa atividade de análise constatamos que, na maioria das vezes, existe uma grande confusão entre o reconhecimento da historiografia como produção intelectual dos historiadores, realizada sob determinados e diferenciados condicionamentos, sendo por isso portadora de concepções e visões diversas sobre a realidade social e do outro lado o processo histórico acontecido. Na preocupação positivista de reconstruir, recuperar e demonstrar o que realmente aconteceu a maioria dos pesquisadores e também professores acaba produzindo afirmações sobre a maneira como os fatos e os acontecimentos se derem, transformando-as em verdades absolutas. Nesse processo terminam por produzir uma «outra história», muitas vezes resultado de verdadeira «salada metodológica», sem conseguir estabelecer nenhuma relação crítica com a bibliografia, sem capacidade sequer para deslindar os pressupostos das análises e assim poder avaliar suas implicações.

Daí que o questionamento à historiografia passa a ser uma questão de julgamento tendo sempre como referência o critério de verdade. E a incorporação da informação produzida pelos historiadores não passa nunca pelo crivo da crítica metodológica. Com isto se iguala o trabalho de todos e o caminho linear e evolucionista do «progresso da ciência» é sempre dado pelo elemento novo a acrescentar, mesmo que não se tenha clareza quanto aos pressupostos.

Tratar, portanto, da questão da historiografia da Revolução de 1930 é tarefa inglória, porque demasiado complexa. De maneira alguma poderíamos pretender que as observações feitas aqui adquiram caráter exaustivo. Enveredamos pelo lado de nossas preocupações, que na verdade se dirigem mais para o período posterior à Revolução do que às suas origens.

Nenhuma referência a tal tema pode prescindir, de início, de colocar em destaque a obra de Bóris Fausto, *A REVOLUÇÃO DE 1930: Historiografia e História*, cuja primeira edição foi publicada em 1970. (4) O trabalho representou, na época, e isto ainda persiste, a melhor síntese quanto às concepções vigentes até aquela data. A obra teve como objetivo declarado representar «o esforço da revisão histórica da Primeira República, para mostrar a inconsistência de um modelo corrente», no momento de sua produção.

Partindo da crítica detalhada às concepções dualistas sobre as sociedades dependentes latinoamericanas em geral, e brasileiras em particular, que viam na formação social do país a existência de uma «contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio aliado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno, representados pela burguesia, Bóris Fausto amplia sua análise para incluir nela os esquemas que se contrapõem a tais explicações.

Abordando a historiografia por ângulos diversos, resume o autor suas observações em três capítulos que na verdade representam as principais teses sobre o assunto. O primeiro para estudar a questão da «Burguesia Industrial e Revolução de 1930»; o segundo «Revolução de 1930 e classes médias» e, por fim, «A derrubada das oligarquias».

De toda a discussão de Bóris Fausto queremos tomar como fio destas observações a afirmação de que ao se tentar caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que, apesar de uma crescente intervenção e centralização econômica no período posterior, «suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política».

Quase todos os trabalhos subseqüentes a estas críticas tentaram em verdade retomar muitas destas explicações sobre o significado deste marco e, certamente, novas concepções e interpretações vão aparecer nesta passagem de seu cinquentenário. Mais do que tentar a recuperação da historiografia dedicada ao estudo das causas e condições ou origens da Revolução preocupamos a compreensão do período posterior — Vargas em seu governo de 1930 a 1945, ou melhor o caráter e a natureza do Estado que se organiza neste período e é, aí que pretendemos centrar algumas das questões a respeito do já produzido ou das direções que estamos tentando apontar e que estão a exigir maior trabalho de investigação.

Nesta temática a questão que mais se sobressai é inegavelmente aquela que trata da relação Estado/Sociedade. Muito se tem trabalhado nesta abordagem e muitas contribuições têm sido dadas, sem que se altere, no entanto,

as velhas teses básicas sobre o Estado, o que de resto se verifica não apenas quanto a este período, em se tratando deste tema.

A resenha bibliográfica «Estado e Sociedade no Brasil: uma revisão crítica», de Eli Diniz e Renato Raul Boschi, publicada na Revista DADOS, n° 15, 1977, nos dá a medida de sua importância ao nos alertar para o seu «status de problema a um tempo exaustivamente explorado e sempre polêmico». Considerando os trabalhos que tratam do assunto, tentarem os autores, reuni-los em um primeiro grupo que aborda a problemática Estado/Sociedade dentro de uma ótica do processo global de mudanças, para depois analisar a situação de setores sociais específicos em sua relação com o Estado. Isto é justificado pela constatação de que ao tentar captar «a complexidade do processo político subjacente à consolidação do capitalismo industrial», nos países do que se convencionou chamar, de desenvolvimento tardio, salientou-se sempre o papel determinante do Estado, como matriz geradora dos processos sociais conferindo-se pouca importância à atuação autônoma dos grupos sociais».

Interessa-nos de maneira mais precisa a análise do primeiro grupo, onde estariam incluídos os trabalhos de Simon Schwartzman, Luciano Martins e Otávio Guilherme Velho, que por caminhos diferenciados terminam por se aglutinar em uma caracterização de Estado com algumas aproximações e semelhanças. Estudando as relações de poder na sociedade brasileira desde a Colônia, Simon Schwartzman, «Representação e Cooptação Política no Brasil», Revista DADOS, n° 7, 1970(5), conclui sobre a «importância de formação de um estado patrimonial, cujas características básicas seriam um acentuado grau de autonomia, centralização e, portanto, dotado de relativa capacidade antecipatória na absorção de conflitos sociais». Daí não é difícil concluir que «a possibilidade de emergência de um sistema representativo não é mais que um vir a ser, sempre contido pela ação antecipatória do Estado», ou seja, por sua ação reguladora, centralizada e sempre andando à frente da sociedade, este Estado acaba por inibir a formação e manifestação de grupos sociais autônomos que pudessem apresentar e impor projetos alternativos de organização do poder.

Parece-nos bastante questionável este esquema explicativo que, na verdade, parte de pressupostos da capacidade de grupos de pressão modelarem igualmente, através da representação, a natureza do Estado, sempre pensado como agente instituído de forma autônoma e acima das forças sociais existentes na realidade histórica.

Já para Luciano Martins, (6) «a atuação dos grupos sociais é colocada como elemento subordinado e dependente face à presença de um Estado ativo, concebido como campo privativo das elites». Centrando sua análise na problemática das alianças entre as elites no poder, chega a uma idéia central de «modernização conservadora», como traço marcante da evolução do sistema político brasileiro. Outra vez aqui, embora partindo de pressupostos diferenciados se pode perceber a rigidez das tentativas de estabelecer modelos de análise que sejam universais e que acabam por se mostrar incapazes de abarcar diferentes momentos do caminho da história.

Otávio Guilherme Velho (7), em verdade mais preocupado com a análise do campesinato frente à expansão do modo de produção capitalista, conclui pelo caráter «autoritário» deste capitalismo reforçando a tese de um Estado sempre tomado como centro de transformações, seja quando regula a manutenção de formas repressivas de trabalho, seja no processo de comercialização da agricultura. Isto porque o autor ao concluir sua análise acentua vários elementos para reforçar a tese de que na inexistência de condições para ruptura, con-

figurar-se-ia no caso brasileiro, um constante processo de acomodação que permitiria a coexistência de elites tradicionais e emergentes.

Assim, conclui a resenha bibliográfica quanto a este primeiro grupo, «tanto em Martins, quanto em Velho, a ênfase no papel do Estado parece coincidir com uma visão de que o aspecto da conservação tende a predominar sobre o da renovação» e os autores acabam por concordar em que mesmo com a realização de estudos que procuram destacar a atuação de setores sociais específicos frente ao Estado, observa-se que a capacidade de iniciação que emana da sociedade é de certa forma minimizada pela presença de um Estado forte e ativo.

Diríamos que a idéia apontada por Fernando Henrique Cardoso em seu ensaio «Estado e Sociedade no Brasil», resume bem os trabalhos até aqui realizados quando identifica, no geral, duas tendências — «a que vê no Estado o pólo aglutinador de uma sociedade onde a organização das classes é frouxa e a que vê na força do localismo oligárquico a base real do poder, fazendo do Estado uma resultante dos compromissos entre os vários localismos». (8)

Na verdade ao avançarmos na análise da maioria dos trabalhos recentes que abordam a relação Estado/Sociedade do ponto de vista da atuação dos grupos sociais poderemos configurar a mesma espécie de interpretação um tanto às avessas. Não se admite tanto a onipotência do Estado, mas o que se destaca é a fragilidade dos setores sociais específicos, sejam eles camponeses, burguesia industrial, proletariado urbano, etc., o que acabaria por provocar a necessidade de o Estado assumir a direção do processo social e assim seu fortalecimento é decorrência natural em uma sociedade estruturalmente frágil.

Seria o que afirma Marilena Chaui ao resumir a historiografia, reafirmando de outra maneira, que no tocante ao Estado «este surge como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituí-las como classes do sistema capitalista... O Estado cumpre esta tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico no Brasil». (9)

Vejamos, por exemplo, alguns estudos recentes que procuram destacar sobretudo a ação da burguesia industrial. Assim o trabalho de Eli Diniz Cerqueira sobre EMPRESARIADO, ESTADO E CAPITALISMO NO BRASIL, 1930/1945, desenvolve uma análise no sentido de recuperar a importância política da burguesia enquanto agente político. Partindo de uma visão da crise política dos anos trinta em termos de uma crise de poder que resulta em uma ausência de hegemonia ao nível dos grupos dominantes, a autora acaba por explicar a atuação mais destacada do Estado como «agente de mudança e de equilíbrio entre as diversas forças sociais em confronto, delineando-se as condições para emergência de um sistema político autoritário e fechado». (10)

Esta perspectiva parte da crítica feita aos estudos das relações entre Estado e Sociedade no que toca ao papel da burguesia industrial, tais como os de Fernando Henrique Cardoso (11) ou do próprio Luciano Martins (12). Encarando sempre a burguesia como não hegemônica, em virtude das peculiaridades da instalação do modo de produção capitalista no Brasil, o que se procura ressaltar é sua fragilidade estrutural que lhe impõe uma fraca capacidade de articulação e organização política. Daí que a oposição entre um Estado forte e uma Sociedade Civil fraca tem como contrapartida um fraco peso político do empre-

sariado industrial.

Assim, estudar a relação entre o setor privado e o Estado, procurando captar o «lado mais ativo da participação do empresariado industrial face ao processo de diversificação do aparelho estatal», tem sido a preocupação central do grupo de pesquisadores do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), dentre os quais destacamos Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi. O que se pretende, em verdade, é recuperar uma temática até aqui desenvolvida principalmente pelos economistas, trazendo para o cerne da questão a contribuição da ciência política, o que permitiria o entendimento mais abrangente do problema.

Visando definir os principais aspectos do perfil sociológico do empresariado industrial os autores analisam os anos trinta, particularmente no que se refere às posições da burguesia industrial quanto a duas questões centrais, a participação do Estado e do capital estrangeiro na expansão industrial do país. A conclusão é a de que o empresariado favorecia um tipo de intervenção que estivesse voltado para o fortalecimento do setor privado, com delimitação precisa das áreas de intervenção pública e se revelava favorável à associação entre capitais nacionais e estrangeiros. No período dos anos trinta os autores analisam também o processo de incorporação do empresariado industrial ao esquema de poder, destacando-se a constituição entre eles de uma premissa ideológica que via na industrialização o caminho indispensável para a superação da crise política bem como da sociedade agro-exportadora brasileira.

Nos resultados das investigações publicadas, recentemente, entretanto, e os próprios autores reconhecem, sente-se a presença ainda marcante de uma tendência a estabelecer como ponto de referência para avaliação do comportamento político da burguesia industrial brasileira, a burguesia organizada, participante, dos países democráticos europeus. Poder-se-ia dizer que subjacente a esta constatação está presente a cobrança do exercício do papel democratizante desta burguesia, que deve constituir e implementar seu projeto de classe, que se quer democrático. Fica pois a indagação sobre se ainda se está a procurar o momento da revolução democrático-burguesa no Brasil como saída para o avanço das propostas alternativas de poder, oriundas das classes populares, que não poderiam jamais acontecer antes daquela, na visão linear que acabam passando estes autores, ainda que declaradamente não o pretendam fazer.

Também com intenções de compreender melhor o comportamento da burguesia industrial, em um recorte mais preciso, ou seja, sua atuação frente ao processo de elaboração e implementação da legislação social, é a recente publicação de Angela M. Castro Gomes, *BURGUESIA E TRABALHO*. (13) Segundo mostra a autora na Introdução a «importância da compreensão deste processo reside no fato de ser esta a legislação que regulamenta o fator de produção trabalho assalariado, constituindo um ponto chave na remodelação das relações de produção que caracterizam o estabelecimento de uma sociedade industrial moderna».

Situando a constituição de uma legislação social como uma questão fundamental, tanto no terreno econômico como no político, reconhece-se que a «questão social» assume um interesse especial quando se considera que o processo histórico de formulação e implantação da legislação trabalhista e previdenciária de um país constitui uma das dimensões de transformação da ordem liberal burguesa, significando todas estas conquistas uma alteração na prática da ordem liberal. Propõe-se, portanto, acompanhar a participação dos setores

não agrários da burguesia nas questões que a regulamentação do trabalho colocava.

Para o período pós-trinta quando se trata de explicar a legislação do trabalho há o reconhecimento de que o «compromisso político inaugurado em trinta — incorporando novos setores ao jogo do poder e tendo que enfrentar os efeitos da depressão econômica internacional — não podia mais, simplesmente, preservar o modelo econômico da República Velha» e mais no que se refere especificamente ao debate em torno da questão social trata-se de concluir que sua regulamentação é fruto também das pressões sociais que sobre o Estado exerciam grupos industriais e comerciais, tenentes, oligarquias regionais e o movimento operário. Assim, no caso da burguesia industrial urbana deve-se reconhecer que se ela não conseguiu alterar ou impedir o curso do desenvolvimento da política do Estado ela ainda assim consegue intervir de forma decisiva em seu ritmo.

Desta maneira chega-se às Considerações Finais da autora para verificar que o acompanhamento do debate que a burguesia realiza entre si e com o Estado no enfrentamento da «questão social» só permite à autora alinhar o que considera perdas e ganhos dos industriais em relação à política do Estado. Tendo permanecido exclusivamente no terreno do debate é possível questionar que a abordagem parece deixar implícito um nível de eficácia da pressão dos industriais sobre um Estado para cuja compreensão pouco se contribui tendo em vista os objetivos iniciais.

Dentre os autores que se preocupam com as relações Estado/Sociedade do ponto de vista do movimento operário há a destacar os trabalhos Werneck Viana e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

A contribuição de Werneck Viana (14) foi a de trazer à tona a perspectiva de que a classe operária afinal dispôs de uma maior área de manobra frente ao Estado do que comumente se reconhece, para romper com a idéia de um movimento operário sempre visto como dependente e tutelado pelo Estado, como faz crer a literatura do populismo e a idéia da outorga pelo Estado de uma legislação trabalhista, a mais avançada do mundo. Considera assim, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil assumiu a «via prussiana» pela ausência de predomínio político entre as forças sociais dominante, o que conduziu à constituição de um Estado razoavelmente autônomo.

Já Maria Hermínia T. de Almeida propõe-se discutir «como no seu relacionamento concreto com os setores dominantes, promovido e arbitrado por agentes da burocracia estatal, massas trabalhadoras urbanas, com um perfil social particular chegaram a adquirir identidade política, transformando-se em força nacionalmente unificada e politicamente subordinada... no reordenamento das relações entre as distintas classes e frações no contexto da crise política dos anos trinta.» (15)

Recusando as perspectivas de estudo do Estado, que tentam reduzi-lo à caracterização do regime, situa-se na corrente dos autores que desenvolveram as teses do «Estado de compromisso», (16) em contraposição à tese de Sodré, que via 1930 como o momento da revolução democrático burguesa no Brasil, para esclarecer e avançar alguns pontos na compreensão da natureza das relações Estado/Sociedade.

Retomando as caracterizações do processo produtivo brasileiro, principalmente no que se refere à industrialização, estabelece sua identidade com as teses de João Manuel Cardoso de Melo e Maria da Conceição Tavares (17) para

dizer que «o conceito de industrialização faz referência ao surgimento do setor produtor de bens de produção (insumos básicos e maquinarias) sem o qual aquela não se configura». Isto levaria à constatação de que a política de Vargas pós 37 levava à industrialização e que as necessidades desta superavam em muito as forças do empresariado nacional.

Realizando um minucioso debate com a historiografia do período, refuta todas as interpretações de «via prussiana», «revolução pelo alto», «modernização conservadora» ou que consideram que no período Vargas a industrialização aparece como «o resultado não previsto de uma ação estatal mediadora de interesses díspares», para estabelecer que pensar «a especificidade do reordenamento das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, no Brasil do após-trinta é explicar, também, como e porque aquele reordenamento abriu passo a uma forma específica de industrialização», desde que se reconheça que esta se deu em situação de crise de hegemonia, que dá passagem a um Estado mais autonomizado.

A explicação desta autonomia é dada como sendo o resultado do jogo de interesses presentes na sociedade, onde segmentos da burocracia estatal no jogo político e no processo de tomada de decisões sobre os rumos da economia assumem grande importância. Aparece aí uma geração de políticos que não correspondem aos interesses imediatos e as demandas de qualquer setor de classe dominante. Daí concluir que «maior autonomia do Estado não é senão maior autonomia da burocracia estatal.»

Resumindo a autora termina por considerar que «à semelhança das frações burguesas industriais, cuja conduta política subordinada expressava a dependência da indústria no interior da economia mercantil-exportadora, a falta de identidade política do operariado e demais camadas trabalhadoras, certamente espelhou as condições concretas de sua inserção no mercado de trabalho citadino.»

Sendo assim temos aqui outra vez de maneira mais elaborada a mesma cobrança: a burguesia por ser frágil estruturalmente não consegue impor seu projeto, os trabalhadores também pelas condições estruturais de economia não conseguem se organizar seja em sindicatos, seja em um partido, ou são desviados para outras formas de organização, e assim estão dadas as condições para que o Estado se autonomize e se adiante às classes. Não existem classes nacionalmente constituídas, mesmo porque a economia também não passa de complexos de bases e limites regionais.

Tudo se resume em que ao «avançar à frente das classes e de suas frações... (o Estado) termina por alterar as condições de existência e o relacionamento entre as diversas forças sociais», unificando nacionalmente as classes.

Na verdade, então, atrás de todos estes estudos está a velha idéia de definir a revolução democrático burguesa segundo os moldes tradicionais europeus. Sempre que se coloca esta perspectiva como um modelo de análise o trabalho acaba se ressentindo de uma perspectiva metodológica que tente realmente apreender o processo histórico real. Sendo o pressuposto com que se trabalha o da possibilidade de constituição de uma economia nacional parece que se perde algo de fundamental da teoria — o caráter global do sistema capitalista. Quando se toma uma parte deste sistema, esta parte não pode ser pensada senão como momento de constituição de um todo, constituição esta que se dá concomitantemente, isto é realizada dentro de um mesmo tempo histórico. Não há relação que possa explicar aquilo que se busca, ou seja, a repetição de pro-

cessos históricos vividos em outros momentos. Desta maneira o peculiar e o específico não são dados apenas pelo movimento interno do capital. E se há um motor neste movimento, certamente ele é a luta de classes, que não pode nunca ser esquecida e abandonada em qualquer momento da análise.

A tendência, pois, de nossa historiografia de conceber o Estado brasileiro como peculiar, antecipador ou, de outro lado, considerá-lo como o «comite da burguesia», numa redução economicista, não atenta para o próprio caráter de classe do estado burguês, que sempre apareceu autonomizado em relação à sociedade da qual é expressão. É mais uma vez tomar o processo acontecido pelos discursos dos agentes. Não há porque falar em crises de hegemonia entre frações da burguesia e nem de contradição básica entre setores agro-exportadores e uma nascente burguesia industrial. Isto seria cobrar do processo histórico brasileiro a repetição dos modelos clássicos de países europeus ou buscar as origens de um processo nacional que deve sempre repetir todas as fases já cumpridas pelo capitalismo nos países «desenvolvidos». Quando se toma este caminho os resultados só poderão mesmo ser negativos, o processo nacional sempre visto como «tardio» «retardatário», as classes como «incapazes politicamente» e o Estado torna-se o demiurgo da explicação histórica. (18)

Muito desta atuação do Estado no que diz respeito a reorganização da economia, que caracteriza os anos da era Vargas precisa também ser visto como decorrência de uma nova compreensão da ação governamental em relação à economia, depois da crise de 1929. Novas propostas (Keynes é o melhor exemplo), preconizam uma ação mais decisiva, a necessidade do planejamento da economia, o pleno emprego, o controle da moeda e da força de trabalho como mercadorias essenciais à acumulação capitalista: daí salário mínimo, etc. Sem querer caminhar pela importação de idéias, outra vez se coloca a perspectiva de que se não pensarmos o sistema como um todo em suas características de ampliação e internacionalização do mercado mundial corremos sempre o risco de querer buscar sempre, apenas as determinações internas, e encarar as relações com o sistema internacional como maquiavélicas, conspiratórias para assegurar o nosso subdesenvolvimento e a nossa dependência, o que certamente é simplificar em demasia o processo político vivido sempre.

É dentro deste marco que buscamos a compreensão do desenvolvimento das relações sociais de produção no Brasil. A história brasileira só ganha sentido quando vista como parte de um sistema globalizante que lhe confere significado. Dentro desta concepção o processo brasileiro não pode ser visto com a ótica de «integração» ao capitalismo internacional, que pressupõe uma relação de exterioridade da qual resultam as concepções dualistas, sub-desenvolvimento e dependência, etc. Na verdade são precisamente estas concepções que entendem a História do Brasil como algo que se desenvolve paralelamente ao sistema capitalista mundial, e não como parte articulada de um todo, que têm gerado equívocos no nível da compreensão da realidade brasileira e das definições políticas daí decorrentes.

* Doutora em História
Professora da UNICAMP — SP.

NOTAS

1. Michel Certeau, «A operação histórica». In: LE GOFF, J. e Pierre Nora, HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, pág. 21 e segs.
2. CERTEAU, M. op. cit., pág. 27.
3. VILAR, Pierre. «História Marxista, história em construção». IN: HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS, Livraria Francisco Alves, Rio, 1976.
4. FAUSTO, Bóris. A REVOLUÇÃO DE 1930: Historiografia e História, Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1970.
5. SCHWARTZMAN, Simon. SÃO PAULO E O ESTADO NACIONAL, DIFEL, S. Paulo, 1973, que também trata da questão.
6. MARTINS, Lúcio. «Politique et Développement Economique, Structure de Pouvoir et Systeme de Décisions au Brésil 1930/1964», Université de Paris, 1973.
7. VELHO, Otávio G. CAPITALISMO AUTORITÁRIO E CAMPESINATO: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. DIFEL. S. Paulo, 1976.
8. CARDOSO, Fernando H. AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO, Ed. Paz e Terra, S. Paulo, 1975, pág. 165. Também: MODELO POLÍTICO BRASILEIRO, Difel. S. Paulo, 1972.
9. CHAUÍ, Marilena. «Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira», In: IDEOLOGIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR, CEDEC/Paz e Terra. Rio, 1978.
10. Além desta obra há também: CERQUEIRA, Eli Diniz e R. Raul Boschi. EMPRESARIADO NACIONAL E ESTADO NO BRASIL, Rio. Ed. Forense, 1978.
11. CARDOSO, F. Henrique. EMPRESARIADO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL, DIFEL, S. Paulo, 1972.
12. MARTINS, Luciano. INDUSTRIALIZAÇÃO, BURGUESIA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968.
13. GOMES, Angela M. Castro. BURGUESIA E TRABALHO: Política e Legislação social no Brasil 1917/1937. Editora Campus, Rio, 1980.
14. WERNECK VIANA, José Luiz. LIBERALISMO E SINDICATO NO BRASIL. Paz e Terra. Rio, 1976.
15. ALMEIDA, Maria H. T. «Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, 1930/1945». Tese de Doutorado, USP, mimeo, 1978.
16. WEFFORT, Francisco. O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA, Paz e Terra, 1978.
17. CARDOSO DE MELO, J. Manuel. O CAPITALISMO TARDIO. mimeo. UNICAMP. 1976, e TAVARES, Maria da Conceição. «Auge e Declínio do processo de substituição de importações. «DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO CAPITALISMO FINANCEIRO. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
18. CHAUI, Marilena, op. cit.